JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 142 - Brasília, quinta-feira, 11 de janeiro de 1996

Maldaner pede frente ampla no combate às drogas

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) exortou ontem o Congresso Nacional, o governo federal e toda a sociedade a refletirem sobre a necessidade de maior participação no combate ao narcotráfico, em defesa da família.

Maldaner pediu transcrição de matéria publicada recentepelo Correio





O senador argumentou que a matéria provoca a sensação de terror e de impotência imposta à sociedade pela escalada dos chamados "soldados do pó", infiltrados em todas as camadas sociais. Mas advertiu que esta não é uma tragédia restrita ao Rio de Janeiro, e sim um problema comum a todos os estados brasileiros.

NESTA EDIÇÃO

Ademir cobra reajuste para os servidores

Página 4

Benedita condena pressa para votar Lei de Patentes

Página 2



O presidente do Suriname, Ronald Venetiann, foi recebido ontem no Senado. Página 4

Senadores criticam pauta da convocação

Excesso de matérias listadas pelo Executivo e falha na identificação de projetos prontos para exame são os pontos mais censurados

Parecer sobre o Sivam será apresentado no dia 7

O parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator das três comissões que apuram o caso Sivam, deverá ser apresentado no próximo dia 7 de fevereiro. Decisão nesse sentido foi tomada na tarde de ontem pelos senadores que avaliam o projeto de vigilância da Amazônia. Ficou decidido também que mais três depoimentos serão tomados.

Os depoimentos, previstos para terça-feira, serão prestados por Hector Luis Saint Pierre, professor de filosofia da Unesp (SP), Aldo Vieira da Rosa, fundador do Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais (Inpe) e ex-presidente do CNPq, e pelo brigadeiro Ivan Frota, que foi o iniciador do Sivam. Os requerimentos de convocação foram apresentados pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Roberto Requião (PMDB-PR).

Para o presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a definição do prazo de encerramento dos trabalhos foi um grande passo porque a partir do dia 7 o relatório estará à disposição "para ser votado dentro dos critérios que a comissão vai estabelecer".

A pauta de matérias da convocação extraordinária do Congresso provocou ontem reação de vários senadores. Josaphat Marinho disse que o mais correto teria sido o presidente Fernando Henrique Cardoso ter entrado em entendimento com os presidentes do Senado e da Câmara para identificar as matérias que estavam prontas para votação. José Eduardo Dutra notou que as matérias mais polêmicas ainda tramitam na Câmara dos Deputados e, por isso, teme que o Senado tenha sido convocado inutilmente. Antonio Carlos Valadares suspeita que o Executivo tenha a pretensão de desmoralizar o Legislativo. Já o vice-líder governista José Roberto Arruda afirmou que a convocação resultará no exame de matérias importantes que poderão ser votadas logo no início dos trabalhos ordinários do Legislativo. Página 3



Sebastião Rocha

Rocha contesta críticas de jornal ao Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) contestou ontem as críticas que o jornalista Josias de Souza, da Folha de S. Paulo, fez em artigo publicado naquele jornal. O jornalista afirmou que o povo do Amapá tem preconceito em relação aos paulistas. Rocha pediu que seja feita reflexão antes de se escrever sobre um povo que, antes de tudo, é hospitaleiro.

A matéria, segundo Sebastião Rocha, contém denúncia de que políticos do Amapá estariam ameaçando uma funcionária do Ministério da Administração, encarregada de cadastro de servidores públicos, pelo fato de que ela não teria incluído cerca de 1.500 nomes de servidores daquele estado na folha de pagamentos de dezembro, em suposta perseguição aos amapaenses.

O senador Romero Jucá (PFL-RR), em aparte, criticou o fato de servidores de Roraima e Amapá estarem na mira das demissões previstas pelo Ministério da Administração, que "teima em não proceder o enquadramento desses funcionários e começar por aí a reforma administrativa, em flagrante atitude discriminatória".

Benedita pede atenção a interesse nacional nas patentes

Senadora lamenta pressa e lembra que Gatt deu cinco anos para países se adaptarem a acordo

A senadora Benedita da Sil
(PT-RJ) lamentou ontem que as lideranças partidárias que apóiam o governo tenham colocado a Lei de Patentes na pauta de votação durante a convocação extraordinária do Congresso. Lembrou que o Gatt concedeu cinco anos para que os países adaptem suas leis ao acordo firmado no ano passado e, tal a complexidade da matéria, voltará ao assunto do patenteamento de microorganismos daqui a quatro anos.

A senadora afirmou que o Congresso da Índia aprovou sua lei de patentes determinando que o reconhecimento de microorganismos somente entrará em vigor quando os EUA ratificarem a convenção sobre biodiversidade. O governo argentino, por sua vez, previu oito anos para mudar sua legislação.

 Mas o governo brasileiro, numa posição oposta, se esforça para reduzir para apenas um ano o prazo de transição da antiga lei para a nova lei - alertou.

Benedita da Silva pediu aos senadores que votem a Lei de Patentes conforme os interesses do país, "e não aquilo que desejam as potências estrangeiras".

Senadores debatem avanço na educação

"O governo parece sair da inércia no tocante à agenda social", disse ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao elogiar a atuação do ministro da Educação, Paulo Renato, que, na opinião do parlamentar, está promovendo uma silenciosa e oportuna revolução no ensino brasileiro.

Entre as principais medidas que vêm sendo implementadas pelo ministério, o senador salientou a distribuição antecipada dos livros didáticos e a implantação da educação à distância, que permitirá o treinamento de 1,3 milhão de professores.

O senador Romeu Tuma (PSL-SP), em aparte, afirmou esperar que haja uma fiscalização rigorosa que comprove a chegada dos livros didáticos nas escolas, principalmente as da área rural.

Por sua vez, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que não se surpreende com os elogios a Paulo Renato. Jefferson só lamentou que Paulo Renato não tenha ido para o Ministério do Planejamento, como inicialmente queria o presidente.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) garantiu que, em recente encontro com professores, pôde constatar que o material didático está chegando "aos mais distantes grotões" do seu estado.

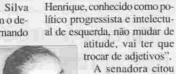
A senadora Júnia Marise (PDT-MG) também concordou com as avaliações positivas, mas ressaltou que o Brasil tem 13 milhões de crianças fora da escola e 40 milhões de analfabetos adultos.

Marina condena decreto sobre desapropriações

A senadora Marina Silva (PT-AC) criticou ontem o decreto do presidente Fernando

Henrique Cardoso que permite aos proprietários de terra, governos estaduais e municipais contestarem desapropriações de áreas para demarcação de territórios indígenas.

Marina classificou a medida de retrógrada, acrescentando que "se Fernando



A senadora citou parecer do jurista Dalmo Dallari que considera o decreto inconstitucional, por ir de encontro à prioridade do direito indígena sobre contes-

tação de posse apresentada por qualquer outro reivindicante.

Agenda do Dia

PLENARIO

14h30 - Sessão não-deliberativa do Senado.

COMISSÕES

10h - Comissão Especial do Código de Trânsito Brasileiro
Pauta: Reunião de trabalho, Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Reunião da Subcomissão II da Comissão Mista de Orçamento Pauta: Discussão e votação do relatório setorial da subcomissão ao projeto de Orçamento de 96. Local: Plenário 9 do Anexo II da Cârnara dos Deputados. 14h - Reunião da Subcomissão IV da Comissão Mista de Orçamento Pauta: Discussão e votação do relatório setorial da subcomissão ao projeto de Orçamento de 96. Local: Plenário 7 do Anexo II da Cârnara dos Deputados.

Josaphat condena pauta de convocação do Congresso

Matérias listadas pelo governo são tantas que deverão consumir toda a sessão legislativa de 1996, adverte senador

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apontou ontem várias impropriedades na pauta de convocação extraordinária do Congresso, sustentando que mais

correto seria o presidente Fernando Henrique Cardoso ter entrado em entendimento com os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados sobre as matérias que estavam prontas para entrar imediatamen-



Josaphat Marinho

te em votação, "Se o Congresso deliberar apenas sobre três ou quatro matérias, por importantes que sejam, a opinião pública ficará sempre na convicção de que o Legis-

lativo não cumpriu o seu dever", advertiu.

Josaphat observou que toda convocação extraordinária pressupõe a apreciação de materias de interesse público relevante e a respeito das

quais a decisão do Congresso não deve tardar, "Por isso mesmo, a pauta não pode desdobrar-se em diversos e múltiplos assuntos. O que está na pauta não é matéria para ser decidida até 14 de fevereiro, mas para toda a sessão legislativa de 1996", sustentou, criticando o fato de estarem incluídas na pauta da convocação matérias que não podem ser de imediato apreciadas, como as propostas de emendas constitucionais que se encontram na Câmara.



Mauro Miranda

Mauro: Código de Trânsito deve ser votado já

Depois de três anos de debate no Congresso, os senadores têm condições de aprovar na atual convocação extraordinária o Código de Trânsito Brasileiro, que pune com severidade as pessoas que abusam ao dirigir carros. A ponderação foi feita ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). O projeto foi incluído entre as matérias a serem discutidas durante a convocação extraordi-

- O novo Código já foi extremamente discutido. Já não temos desculpas para justificar novos adiamentos. Afinal, o atual Código completa 30 anos neste 1996 - afirmou

Para mostrar o quanto a legislação se encontra desatua-lizada, Mauro observou que, ao ser instituído o Código Nacional de Trânsito, o Brasil tinha apenas 2 milhões de veículos. Hoje tem oito vezes mais.

Mauro lembrou ainda que o ministro da Justiça anunciou a preparação de lei proibindo o consumo de bebidas nas estradas. "Isso mostra que o Congresso está sendo atropelado porque não decide", frisou.

Gerson Camata (PMDB-ES) informou que a comissão que discute o Código marcou reunião para hoje e apoiou o apelo de Mauro Miranda para votação urgente da matéria. Romeu Tuma (PSL-SP) afirmou que há necessidade de se exigir urgentemente habilitação para usuários de jetski, por causa do crescimento no número de acidentes.

Dutra teme por imagem do Senado

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestou ontem preocupação com o papel a ser desempenhado pelo Senado durante o período de convocação extraordinária. Dutra notou que as matérias mais polémicas, como as reformas administrativa e previdenciária, ainda tramitam na Câmara dos Deputados e, por isso, disse temer que seja passada a imagem de que o Senado foi convocado inutilmente, já que não tem pauta defini-

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou, em aparte, o

que considerou manobra do governo para não votar o reajuste do funcionalismo público. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o Senado tem po-



deres para fazer a sua própria pauta e que Fernando Henrique Cardoso convocou acertadamente o Congresso para votar o Orçamento de 1996. Por sua vez, o vice-líder do governo José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou que a

antecipação resultará em discussões de matérias que poderão ser votadas logo no início dos trabalhos ordinários do legislativo.

Valadares vê tentativa de desmoralização

A lista de matérias constantes da convocação do Congresso foi duramente criticada ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), "Se não estivéssemos no Brasil, não

acreditaríamos em pauta tão impossível de ser apreciada", ironizou. Apontando a exiguidade do tempo para tantas votações, ele considerou preocu-pante "a carga que o presidente da Repú-



blica colocou nos ombros do Legislativo" e manifestou sua suspeita de que o governo tenha pretendido desmoralizar o Congresso.

Conforme Valadares, a imprensa e a

opinião pública vão criticar asperamente o Legislativo em virtude da ajuda de custo paga aos parlamentares em consequência da convocação. "Não teremos condições de apreciar nem

5% dessa pauta, por isso, em nome do Partido Socialista Brasileiro, que trabalha e tem responsabilidade, quero demonstrar ao país que queremos trabalhar em cima de matérias que pudermos apreciar".

Valadares disse também que, com a convocação, o governo pode estar querendo "tapar a boca dos parlamentares diante do verdadeiro arrocho salarial que está sendo perpetrado contra funcionários publicos e trabalhadores de todo o Brasil".

Ademir cobra reajuste para o funcionalismo

Líder do PSB lembra que Tesouro tem dinheiro para pagar dívida de bancos, mas não para corrigir salários de servidores

O governo deveria anunciar imediatamente o índice de reajuste do funcionalismo público, cuja data-base é no mês de janeiro, disse ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA). "Estranhei muito o presidente da República dizer que não tem esse compromisso", criticou.





Tesouro tem dinheiro para pagar dívidas de bancos particulares e para enriquecer banqueiros, "mas não tem para pagar o funcionalismo. Então que tire dos marajás, mas honre seus com-

promissos com a massa de servidores públicos". Ademir disse que a antecipação dos trabalhos legislativos foi uma providência necessária, principalmente por causa da votação do Orçamento deste ano, mas condenou "o hábito adquirido pelo Congresso" de votar a lei orçamentária depois do prazo regimental.

O senador expressou voto de pesar pela morte de François Mitterrand, a quem responsabilizou pelo nível social alcançado pela comunidade européia.

Presidente do Suriname visita o Senado

O presidente do Suriname, Ronald Venetiann, foi recebido ontem pelo presidente em exercício do Senado, Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), em visita que marca a retomada da cooperação entre os dois países vizinhos. Os senadores Romeu Tuma (PSL-SP), Elcio Alvares (PFL-ES), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e as senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Emília Fernandes (PTB-RS) também estiveram presentes à recepção.

O Suriname acaba de reescalonar uma dívida de US\$ 70 milhões com o Brasil, o que abre a perspectiva para novos acordos comerciais. O Brasil, como destacou o senador Teotônio Vilela Filho a Ronald Venetiann, vê com bons olhos essa aproximação política com o Suriname. Num momento em que a tendência de globalização econômica e política se fortalece, aquele país pode vir a ser importante parceiro comercial do Brasil, salientou.

A dívida do Suriname agora reescalonada resultou de financiamentos brasileiros para a compra de máquinas, equipamentos e produtos agrícolas. Além dos interesses comerciais, Brasil e Suriname têm em comum a busca de soluções para os problemas que afetam a região amazônica.

Sarney participa de homenagens a Mitterrand

O presidente do Senado Federal, José Sarney, foi recebido ontem por autoridades do governo francês, no Aeroporto Charles De Gaulle, em Paris, com honras de chefe de Estado. Sarney chegou à França como representante do governo brasileiro para participar da programação do sepultamento do ex-presidente François Mitterrand, que tem início boie

Sarney foi designado para representar o Brasil nas exéquias de Mitterrand pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que fez o pedido para que o presidente do Senado aceitasse a incumbência, durante um almoço no Palácio da Alvorada, na última segunda-feira.

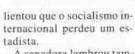
O presidente Sarney está hospedado na embaixada do Brasil em Paris, e deverá voltar ao país neste final de semana.

Socialismo internacional perdeu um estadista, diz Júnia

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que o maior legado deixado por François Mitterrand está no exemplo de sua grandeza política na gestão da coisa pública. É uma herança que, segundo a senadora, ultrapassa a trajetória política do ex-presiden-

te francês e o impacto de sua atuação na história da França e da Europa do pós-guerra.

Associando- Júnia se ao pesar dos franceses. Júnia Marise sa-



A senadora lembrou também que, em visita ao Rio de Janeiro, Mitterrand encantou-se com a experiência educacional desenvolvida nos Cieps pelo então governador Leonel Brizola,

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Samey ■ 1° Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho

2ºVice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos III Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade III Editores – Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sergio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a integra dos projetos e pronunciamentos citados.